

IMPEACHMENT DE DILMA

A GAZETA

QUINTA, 12 DE MAIO DE 2016

Macroeditor: **Abdo Filho** ✉ afilho@redgazeta.com.br
Editor: **Eduardo Fachetti** ✉ efachetti@redgazeta.com.br

WhatsApp (27) 98135.8261
Telefone: (27) 3321.8332

DIDA SAMPAIO/AE



DILMA SAI DE CENA

Presidente será notificada
da decisão do Senado
nas próximas horas

CADERNO ESPECIAL

IMPEACHMENT DE DILMA

A MARATONA DO ADEUS A DILMA

Votação do impeachment no Senado se estendeu pela madrugada

BRASÍLIA

⚡ A expectativa do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), de concluir a votação da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) no mesmo dia em que os trabalhos foram iniciados foi frustrada e a sessão seguiu madrugada adentro, com votos no painel eletrônico apenas hoje pela manhã.

Até as 02h50, 55 dos 81 senadores haviam se manifestado em discursos no plenário, a maioria esmagadora favorável ao impeachment. Só 15 parlamentares se mostraram contrários. Para que Dilma seja afastada do cargo é preciso o mínimo de 41 votos favoráveis ao processo.

As últimas 24 do governo foram de más notícias. A principal delas foi a negativa do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), a uma mandado de segurança apresentado pelo governo para anular todo o processo.

A Advocacia-Geral da União (AGU) insistiu na teoria de que o processo foi aberto por “vingança” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O ministro disse não haver elementos suficientes para tal ligação.

Em plenário, o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), disse que Teori deixou claro na sua decisão que cabe ao Senado o papel de tribunal de “instância definitiva” e o processo corre dentro da lei.

“É o cala-boca definitivo”, afirmou o oposicionista. Para o líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), a posição era esperada porque os ministros do STF já haviam dito que o assunto era do Congresso.

ARGUMENTOS

Durante a sessão, os senadores que se manifesta-

NO MICROFONE

71

oradores

É o total de senadores que se inscreveu para falar durante a sessão. Até o fechamento desta edição, já eram 16h de discursos.

AO TRABALHO

“Estamos, neste momento, prestes a tomar uma decisão gravíssima, por suas consequências. Vou pedir a todos senadores que lancem mão daquilo que têm de sobra: serenidade e espírito público”

RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) PRESIDENTE DO SENADO

ram favoráveis à abertura do processo contra Dilma citaram muito mais que as irregularidades que embasam o pedido de afastamento. Não só as pedaladas fiscais e a assinatura de decretos orçamentários em 2015, mas “o conjunto da obra” serviu de argumento na tribuna.

Houve quem evocasse o abuso no emprego de recursos do BNDES, o superfaturamento na compra da refinaria de Pasadena (EUA), o enfraquecimento do governo, o retrocesso na economia, a pressão das ruas e a corrupção generalizada.

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), disse que a marca dos governos populistas é que sempre agem com irresponsabilidade e quando fracassam usam o discurso de “nós e eles”.

“Foi a irresponsabilidade da presidente da República e do governo que está fazen-



Mandato de Dilma sofre abalo após acusação de crime de responsabilidade

do brasileiros voltarem às classes D e E”, criticou.

EX-ALIADOS

O impeachment teve o apoio de senadores que integraram o primeiro escalão dos governos petistas desde 2003. Os aliados do passado fizeram discursos contra questionamentos de incoerência ideológica.

Um deles foi Cristovam Buarque (PPS-DF), demitido por Lula em 2004: “Por incrível que pareça, voto pela admissibilidade. A esquerda que está há 13 anos no poder, o que demonstra um

desapego à democracia, manipulando, cooptando, criando narrativas em vez de análises, com a preferência pelo assistencialismo em vez de uma preferência pela transformação social”.

SUPREMO

A partir de hoje, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, assume a condução do impeachment. Como determina a Constituição, o ministro assume a presidência do Senado para fins do julgamento por crime de responsabilidade da presidente.

LULA MARQUES/AGÊNCIA PT

PRÓXIMOS PASSOS

INÍCIO

Terminada a votação da admissibilidade do impeachment pelo plenário do Senado, agora é que o processo vai começar, de fato, com a presidente Dilma afastada do cargo por até 180 dias. Enquanto isso, o vice Michel Temer assume o governo como presidente em exercício.

COMISSÃO

Grupo de 21 senadores voltará a se reunir para analisar a denúncia.

ACUSAÇÃO

A comissão produz um parecer em que decide se a presidente deve ou não sofrer o impeachment. É a chamada produção do juízo de pronúncia.

CONCLUSÃO

Esse parecer é votado pela comissão e depois é votado pelo plenário por maioria simples. Ao votar o juízo de pronúncia, o Senado decide que o processo será concluído e pronto para ser julgado.

JULGAMENTO

Será conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Para condenar a presidente e tirá-la definitivamente do cargo, é necessário o apoio de pelo menos 54 dos 81 senadores.

DEFINITIVO

Se a Casa decidir pela saída de Dilma, ela é imediatamente notificada e é condenada pelo crime de responsabilidade. Ela fica inelegível por oito anos. O vice Michel Temer assume definitivamente a Presidência da República.

VEJA NA WEB

www.gazetaonline.com.br



+ IMPEACHMENT
Confira em nosso portal vídeos, análises e matérias exclusivas sobre o processo contra Dilma Rousseff.

IMPEACHMENT DE DILMA

MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO



Presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura dos trabalhos, às 10 horas. Pronunciamentos se estenderam durante todo o dia, com dois intervalos

PT PREPARA GUERRA

Caciques do partido prometem não dar trégua ao governo Temer

▄ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

Num Senado convicto da destituição da presidente Dilma Rousseff (PT), os parlamentares do PT e do PSDB já se posicionaram em nova guerra política em torno do governo Michel Temer (PMDB). Para começar, os senadores do PT Humberto Costa (PE), Lindbergh Farias (RJ) e Paulo Rocha (PA) prometem guerra sem trégua, numa oposição amarga ao ex-aliado contra qualquer corte de direitos trabalhistas ou projetos duros para recuperar a economia arrasada.

Já o PSDB diz que Temer só conseguirá apoio do

Congresso para tomar medidas difíceis se for sustentado pela confiança das ruas - que não admitem aumento de impostos e podem voltar a "bater panelas" a qualquer momento, como ressalta o líder dos tucanos no Senado, Cássio Cunha Lima (PB).

"Acredito que haverá ambiente para Temer ter apoio no Congresso, mas desde que ele mantenha o apoio de rua. E criar impostos, por exemplo, é tudo que a rua não quer. O que o país deseja é uma diminuição do Estado brasileiro, uma máquina pública eficaz e menos onerosa, onde

CONTRA-ATAQUE

"Vamos permanecer numa oposição dura contra o governo Temer, denunciando esse golpe contra a democracia no país"

HUMBERTO COSTA (PE), LÍDER DO PT NO SENADO

a qualidade de gestão e dos critérios de meritocracia sejam introduzidos", salientou Cunha Lima, em entrevista para A GAZETA.

ERROS

Já Paulo Rocha admite o erro do PT de ter passado por cima da reforma política quando nadava em popularidade. "A autocrítica que o PT tem que fazer é que nós não fizemos uma reforma política no momento que tínhamos mais força política no país. E acabou que entramos no mesmo processo de financiamento de campanha e de alianças com partidos

que, neste momento, nos traem assim: na luz do dia!", desabafa.

Para o petista, o ideal seria ter aprovado uma reformulação ampla, que viesse a proibir o financiamento de empresas privadas a campanhas, e que até pudesse impedir um processo de impeachment tão traumático.

"Uma reforma capaz de corrigir a forma de fazer política, de dar consistência ao papel dos partidos e da democracia, de formar coalizão de governo em cima de programas com problemas e soluções do país. E não fazer coalizão em cima de

fisiologismo e de interesse deste ou aquele grupo político", lamenta.

Líder do PT no Senado, Humberto Costa não ameniza: "Vamos permanecer numa oposição dura a Temer, denunciando esse golpe contra a democracia", reclama. Lindbergh, por sua vez, reitera que o governo Temer não tem legitimidade.

"Ele fez um documento que anuncia cortes de direitos e indicará um ministro da Justiça que foi advogado de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente afastado da Câmara e réu na Operação Lava Jato", ataca o aliado de Dilma.

NA TRIBUNA DO SENADO



"Não tenho dúvidas de que esta Casa vai permitir a instauração desse processo e a presidente será afastada. Estou absolutamente tranquilo sobre o crime de responsabilidade"

ALOYSIO NUNES (PSDB-SP)



"Se de um lado temos uma grave crise política e econômica, é inegável que cresce na população a esperança de poder virar a página. Os desafios não serão pequenos"

MARTA SUPLICY (PMDB-SP)



"Não tem nenhum ato de corrupção praticado pela presidente. Estão usando, pra caracterizar crime, algo que era prática regular orçamentária. É uma fraude política"

GLEISI HOFFMANN (PT-PR)



"É uma marca dos governos populistas. Sempre agem com irresponsabilidade, e quando fracassam usam o discurso da divisão do país entre nós e eles. Quem paga o preço são sempre os mais pobres"

AÉCIO NEVES (PSDB-MG)



"Os senhores [senadores] sabem que não tem crime de responsabilidade. Nós não vamos reconhecer Michel Temer como presidente. Ele é um golpista"

LINDBERGH FARIAS (PT-RJ)

IMPEACHMENT DE DILMA

MAGNO APONTA GANGRENA,
E FERRAÇO FALA EM CRIME

Discurso de capixabas centrou fogo nos fracassos de Dilma

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Os senadores capixabas Magno Malta (PR) e Ricardo Ferraço (PSDB) subiram a voltagem das críticas contra o governo do PT ao discursarem na sessão do afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT). Para o tucano, a petista maquiou o colapso das contas públicas e mudou a meta fiscal “para

limpar a cena do crime” das pedaladas. Já Magno não deixou barato a implosão do Fundap capixaba pela gestão Dilma e comparou sua derrocada à amputação de uma perna com “gangrena”, para o “corpo febril” poder recuperar a saúde.

O republicano acusou o ex-presidente Lula (PT) de comer caviar com empreiteiros escondido num hotel.

“E como é Pátria Educadora, se o primeiro corte feito foi na Educação? É Lava Jato, desvios da Petrobras, a saúde destruída...”, elencou.

Segundo Magno, Dilma fez uma “grande maquiagem eleitoral” ao prometer e descumprir promessas de que não haveria desemprego e cortes nos setores sociais caso fosse reeleita. “Dilaceraram a economia no

país. Viramos chacota do mundo”, lamentou.

Já Ferraço defendeu o impeachment como “o mais amargo dos remédios” para punir o mau governante: “Sem impeachment, é ditadura”. Ele considera que Dilma transgrediu as leis fiscais e cometeu “desmandos e irresponsabilidades”. “O expediente usado foi mudar a meta fiscal como álibi ilícito

para limpar a cena do crime”, salientou.

Conforme Ferraço, Dilma criou um buraco na economia e precisou cortar recursos dos Estados e municípios. “Foram mais de R\$ 31 bilhões retirados dos bancos. Todos os repasses de direito dos Estados, como royalties do petróleo, pagaram as dívidas que o governo criou”, frisou.

As irregularidades de Dilma apuradas pelo Tribunal de Contas da União superaram R\$ 100 bilhões, destacou Ferraço. “Foi uma delinquência contínua, tudo para garantir a reeleição e a preservação do poder a qualquer custo”, asseverou, lembrando que a economia se desintegrando retira do Estado a capacidade de financiar políticas públicas.

ENTREVISTA

“PT SE COMPORTA
COMO PRESO EM
REBELIÃO”

Magno Malta (PR)
Senador

Qual a lição que o governo colhe hoje?

Foi produtivo, já era tudo previsto - até as questões de ordem do governo. E é normal. Final de festa e as pessoas estão estrebuchando.

Sabe quais serão as primeiras medidas de Temer?

Amanhã (hoje) nós temos a responsabilidade de dizer para o povo que essa euforia não pode ser transformada numa falsa ilusão de que o país mudou, porque vai piorar. Vai piorar pela condição que o país está, e não porque estará na mão do Temer. O vice precisa dar fotografias boas para o Brasil, e uma delas Temer deu: Henrique Meirelles, que



tem credibilidade nos mercados. Amanhã, só o afastamento vai fazer com que o dólar caia e os mercados comecem a subir. O afastamento de Dilma já faz o mundo acreditar que o Brasil vai melhorar.

E as medidas amargas na economia, quando virão?

Nós não chegamos ao fundo do poço ainda. Estamos chegando, estamos pertininho. A nossa situação será dura, virá mais desemprego. É preciso tomar medidas duras para organizar

a nossa economia, e o Parlamento precisa ter responsabilidade. Infelizmente, o PT vai para a rua fazer demagogia, e eles já saíram na terça-feira mostrando as unhas e se comportando como presidiários num presídio de segurança máxima, botando fogo em colchonete, querendo ganhar no grito a liberdade. Comportamento de bandido dentro de penitenciária fazendo rebelião! Isso tudo vai passar e nós vamos caminhar para dias melhores.

ENTREVISTA

“SEM DINHEIRO,
TEMER DÁ FÔLEGO
A CONCESSÕES”

Ricardo Ferraço (PSDB)
Senador

Qual a lição que o governo colhe hoje?

Na prática, o governo está colhendo o que plantou. A presidente Dilma fez suas opções por transgredir a lei, escolheu violar a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), cometer atentados contra a probidade administrativa. Para mim, seria surpresa um resultado abaixo de 52 ou 54 votos pelo afastamento temporário de Dilma.

Sabe quais serão as primeiras medidas de Temer?

Nenhum de nós tem a ilusão de que o simples afastamento de Dilma vai representar a solução para essa gravíssima crise. A herança deixada por Dilma é algo extremamente



nefasto e danoso. A reversão do quadro de colapso da economia depende da reversão das expectativas negativas, da retomada de confiança do mercado e da população.

E as medidas amargas na economia, quando virão?

As medidas econômicas não produzirão efeito em curto prazo. Mas Temer precisa fazer sinalizações de que governará com outros critérios e métodos na relação política e com o Congresso, não subordi-

nado aos equívocos vistos com Dilma. Na microeconomia, Temer pode iniciar com regulação e dar fôlego nas concessões de infraestrutura - que podem ser um atrativo para o empresariado, sobretudo investidores internacionais. Não há espaço fiscal para o governo fazer investimento, em função da tragédia deixada por Dilma. Com o dólar barato para agentes externos, está fácil investir no Brasil e poderemos ter bons retornos nessa retomada.

Rose tem dificuldade de fala, mas comparece

▄ Ainda em tratamento médico após sofrer um princípio de Acidente Vascular Cerebral (AVC) na última sexta-feira, a senadora Rose de Freitas (PMDB) saiu ontem do hospital em São Paulo e compareceu ao Senado ao fim do dia para acompa-

nhar a sessão. Lidando com dificuldades de falar, a parlamentar se manteve discreta no gabinete e redigiu seu voto para leitura do presidente da Casa, Renan Calheiros.

Rose defende o afastamento temporário de Dilma. Segundo sua assessoria,

ela foi autorizada pela equipe médica do Hospital Sírio-Libanês a viajar a Brasília, mas retornará a São Paulo hoje para novo atendimento médico. O laudo médico do hospital revelou “sinais cintilográficos de áreas focais de hipoperfusão nos lobos parietais, represen-

tando prováveis alterações pós-eventos vasculares”.

O médico do Senado informou ontem que o exame de São Paulo reforça o diagnóstico inicial de Ataque Isquêmico Transitório e que a senadora permanecerá em acompanhamento médico.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO
Rose de Freitas teve ameaça de AVC. Ela entregou o voto

IMPEACHMENT DE DILMA

O JOGO VIROU, E COLLOR AGORA ACUSA DILMA

Senador afirmou que houve “irresponsabilidade do governo”

BRASÍLIA

▄ Vinte e quatro anos depois de sofrer processo de impeachment, em 1992, o ex-presidente Fernando Collor (PTC-AL), atual senador, surpreendeu colegas ao fazer um discurso durante a sessão de votação do processo contra Dilma Rousseff (PT).

Trigésimo oitavo a falar, Collor disse que alertou a presidente para o risco de ela sofrer um processo e que foi ignorado pelo governo. O senador afirmou que a gestão de Dilma cometeu “irresponsabilidades”, mas não foi claro se votaria a favor do impeachment.

“A História me reservou esse momento. Devo vivê-lo no estrito cumprimento de um dever. Alertei sobre a possibilidade de sofrer impeachment. Não me escutaram. Fizeram ouvidos de mercador. Vivemos espasmos da democracia. Por tudo isso, o sistema está em ruínas”, disse.

Collor reclamou que, em 1992, o rito do seu processo foi mais rápido do que o de

Dilma. Foram quatro meses. No Senado, foram apenas 48 horas para a aprovação do seu afastamento. O senador continuou falando mesmo após o microfone ser cortado, ao completar 15 minutos de pronunciamento.

“Em 1992, em processo análogo, bastaram menos de quatro meses. No atual processo, já se foram mais de oito meses. E poderão ser mais 180 dias. O rito é o mesmo, mas o ritmo e o rigor, não. Fui instado a renunciar. Continuei com advogados particulares e fui absolvido pelo Supremo.”

Collor criticou ainda os erros na economia: “Chegamos ao ápice de todas as crises, ao ápice da ruína de todos os governos. Houve irresponsabilidades. Irresponsabilidade com o desleixo da política, com o aparelhamento desenfreado do Estado. Há irresponsabilidade por ação ou omissão e é crime de responsabilidade a mera irresponsabilidade para com o país. Falei (para a presidente) da falta de diálogo com o Parlamento.” (AG)



Fernando Collor relembrou em discurso seu impeachment, ocorrido em 1992

MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

DISCURSO

“A História me reservou esse momento. Devo vivê-lo no estrito cumprimento de um dever. Alertei sobre a possibilidade de sofrer impeachment. Não me escutaram”

“O rito é o mesmo, mas o ritmo e o rigor, não. Fui instado a renunciar. Continuei com advogados particulares”

**FERNANDO COLLOR
(PTC-AL) SENADOR**

IMPEACHMENT DE DILMA

VALTER CAMPANATO/ABR

DILMA LIMPA GABINETE E VAI FALAR HOJE AO PAÍS



O ministro Jaques Wagner estava com Dilma Rousseff ontem à noite. Eles foram fotografados em uma das janelas do Palácio do Planalto em rápida aparição

Presidente fará pronunciamento ao lado de Lula e ministros

BRASÍLIA

▄ A presidente Dilma Rousseff (PT) retirou ontem tudo que lhe pertence do gabinete presidencial. Até mesmo as fotos da filha e dos dois netos já foram levados para o Palácio da Alvorada, assim como os livros dela. Apesar da agenda frenética, funcionários do Planalto dizem que os que mais estão trabalhando mesmo, neste final de governo, são os trituradores de papel e os scanners de documentos.

Dilma Rousseff fará hoje, às 10 horas, um pronunciamento no Palácio do Planalto. Em seguida, será transmitido o vídeo que a presidente gravou na tarde de on-

NOTIFICAÇÃO

10 horas

É quando Dilma Rousseff deverá ser notificada da decisão do Senado.

tem no Palácio do Alvorada. Na mensagem, Dilma voltará a dizer que é vítima de “golpe”.

No pronunciamento, Dilma estará acompanhada de todos os ministros e do ex-presidente Lula. Ao fim de sua fala, Dilma descerá ao térreo do Planalto e, pela porta principal,

cumprimentará manifestantes pró-governo que foram convocados para ocupar o local. O ato acontecerá imediatamente após ser notificada da votação do Senado.

Olíder do PT na Câmara, deputado Afonso Florence (BA), afirmou ontem que Dilma não desceria a rampa do Palácio do Planalto. Desde os últimos dias surgiu a expectativa entre assessores que ela descesse a rampa após ser notificada da decisão do Congresso de afastá-la do cargo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a teria aconselhado a não fazer isso.

“A decisão é que ela descerá pela saída administra-

tiva com ministros e estaremos, nós da bancada e movimentos sociais, aqui do lado de fora para recebê-la. A rampa é o lugar formal de ingresso e de saída em situações normais e esta é uma situação excepcional”, disse Florence.

Na noite de ontem, Dilma fez uma rápida aparição em uma das janelas do Palácio do Planalto. A presidenta apareceu no terceiro andar do prédio, ao lado do ministro-chefe do gabinete pessoal da Presidência, Jaques Wagner.

O clima no governo é de tensão total e de absoluto desespero por parte de inúmeros funcionários que terão de deixar os seus

Ministros seguem com salários

▄ Os ministros de Dilma vão entrar em uma “quarentena” de 180 dias após deixarem o cargo e não poderão ter outro emprego, pois são considerados pessoas com informações estratégicas para o país. Eles continuam recebendo salário, mas perdem benefícios como foro privilegiado.

cargos. Só no Planalto, eles são mais de mil. Muitos não pretendem pedir demissão e ficarão aguardando até que a equipe de

Temer os demitam.

Não há definição ainda sobre o que a presidente Dilma terá direito durante seu afastamento. Caberá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, decidir. Mas pelo menos 30 pessoas de seu gabinete já foram mobilizadas para se transferir para o Alvorada.

Ela continuará contando ainda com todo o esquema de funcionamento do palácio onde reside, que será transformado em uma espécie de QG da resistência. A princípio, a presidente Dilma também poderá continuar usando um jato da Força Aérea, só que não o Airbus, que servirá a Michel Temer.

Ministros vão pedir demissão em massa. Apenas dois vão ficar

▄ Mesmo já sabendo que o Senado votaria o afastamento da presidente Dilma Rousseff ministros do governo amanheceram ontem, com “muitas dúvidas” sobre o futuro de suas pastas e coube aos ministros do Gabinete Pessoal da Presidência, Jaques Wagner, e da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, reunir praticamente todos os membros da Esplanada no Palácio do Planalto para definir as ações e sanar os questionamentos.

Em uma reunião considerada rápida, que durou pouco mais de duas horas e não contou com a presença de Dilma, ficou definido que com exceção do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e do ministro interino dos Esportes, Ricardo Laser, todos os integrantes do primeiro escalão do governo irão pedir demissão.

Apenas o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), José Eduardo Car-



Tombini: mantido para evitar turbulência econômica

dozo, que acompanhou a votação no Senado, e a ministra das Cidades, Inês Magalhães, que participou de um evento do Minha Casa Minha Vida, em Guarulhos (SP), não participaram da reunião.

A ideia é que Dilma assinasse as demissões assim que for notificada pelo Senado, o que está previsto para acontecer hoje pela manhã, às 10h. Uma edição extra do Diário Oficial será publicada com as demissões.

A equipe de Dilma não irá fazer transição para o vice-presidente Michel Temer. A ordem de Dilma, que não participou da reunião com os ministros, e permaneceu no Palácio da Alvorada, é de manter Alexandre Tombini para evitar qualquer tipo de turbulência econômica. Da mesma forma, o ministro dos Esportes interino fica no cargo, pelo menos por enquanto, por conta da realização da Olimpíada. (AE)

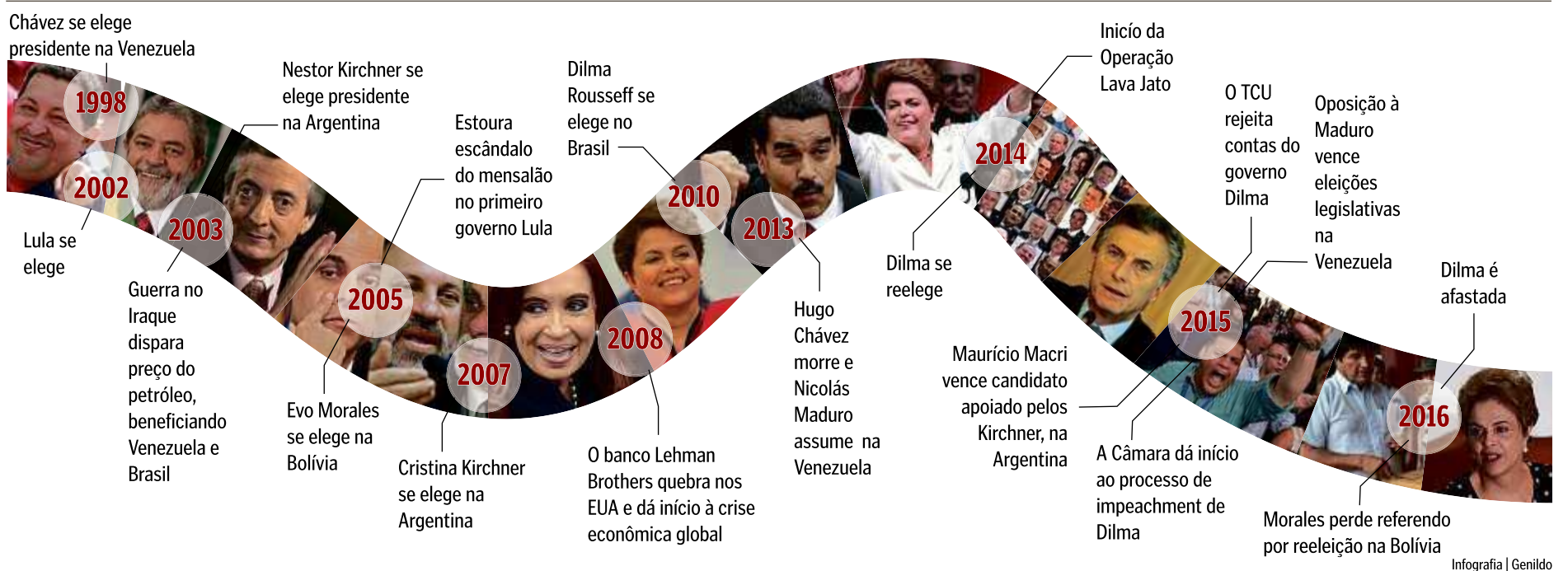
JOSÉ CRUZ/ABR - 21/12/2015

IMPEACHMENT DE DILMA

ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA SE ENFRAQUECE

Trocas no Brasil e na Argentina são derrotas significativas

A ASCENSÃO E A QUEDA DA ESQUERDA LATINA



RAFAEL SILVA
rfreitas@redgazeta.com.br

Há 13 anos o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) passava a faixa presidencial ao ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dando início à era petista que comandaria o país desde então.

Durante seus oito anos de governo, Lula se aproximou de outros governantes de partidos de esquerda na América Latina, estabelecendo ao lado de Nestor e Cristina Kirchner, na Argentina; Hugo Chávez, na Venezuela; e Evo Morales, na Bolívia; um projeto político que colocou o continente entre as regiões mais emergentes da economia mundial.

No entanto, o afastamento de Dilma Rousseff da presidência do Brasil,

somado à vitória de Maurício Macri – principal adversário de Cristina Kirchner – na Argentina, à morte de Hugo Chávez e ao desmanche da base parlamentar do chavista Nicolás Maduro na Venezuela, além da derrota de Evo Morales no referendo pela sua reeleição na Bolívia caracterizam os primeiros sinais de que o ciclo do poder da esquerda na América Latina se aproxima do fim.

Esta é a avaliação do doutor em História da América Latina e professor da Universidade de Vila Velha (UVV) Rodrigo Cerqueira. Ele explica que é natural que em momentos de crise a população peça pela alternância de poder, mas lembra que a situação de cada país do bloco “bolivariano” tem contextos diferentes. Em outras palavras, a esquerda ainda conta com uma sobrevivência.

“A semelhança entre eles se dá por terem adotado políticas econômicas que favoreciam certos setores do mercado e tentavam aumentar o poder de crédito da população – algo que não foi duradouro a longo prazo. Mas a situa-

DESGASTE

“Houve um desgaste da esquerda e o surgimento de um movimento conservador que ganhou relevância nos últimos anos”

JANINA ONUKI
PROFESSORA DA USP

“Esses países adotaram políticas econômicas que favoreciam certos setores do mercado e aumentavam o poder de crédito da população, algo que não foi duradouro a longo prazo”

RODRIGO CERQUEIRA
PROFESSOR DA UVV

ção do PT no Brasil é a mais complicada, haja vista que os Kirchner ainda possuem maioria no parlamento na Argentina e o Evo Morales ainda tem uma grande popularidade na Bolívia”, conta.

Já a conjuntura vene-

zuelana se mostra em colapso, segundo ele, em grande parte pela morte de seu principal líder, Hugo Chávez. Para o professor, Nicolás Maduro não foi capaz de substituir seu antecessor e a queda do preço do petróleo, insumo de maior importância para a economia venezuelana, fez com que sua economia se enfraquecesse ainda mais.

A professora de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) Janina Onuki sustenta que esses governos fizeram investimentos desproporcionais à sua capacidade de investimento e não conseguiram arcar com a continuidade dos programas sociais que os elegeram. Sem garantir a estabilidade da economia e com a chegada da crise, perderam popularidade.

“Houve um desgaste da esquerda e o surgimento de um movimento conservador que ganhou relevância nos últimos anos. Mas ainda não é possível falar em uma onda neoliberal. Esses períodos de alternância são naturais e até fortalecem a democracia”, analisa.

Sem neoliberalismo, pero no mucho

O coordenador do mestrado em Sociologia Política da UVV, Paulo Resende, lembra que a esquerda na América Latina, principalmente no Brasil, só conseguiu chegar ao poder quando sinalizou para o mercado que manteria o padrão neoliberal da economia global, na famosa “Carta ao povo brasileiro”, divulgada por Lula pouco antes da corrida eleitoral de 2002.

“É difícil para qualquer governo estabelecer uma política alternativa aos padrões neoliberais que predominam no mundo. O PT tentou algo nesse sentido, de maneira sutil, recusando a privatizar empresas públicas e apostando na força do Estado. Mas manteve a agenda neoliberal, buscando o superávit primário, o controle da inflação e o livre mercado”, explica.

Paulo destaca que, ao assumir, a presidente Dilma Rousseff não foi tão hábil para manter o equilíbrio entre as duas propostas.

PAULO PINTO/AGÊNCIA PT



Lula divulgou carta em 2002 para o mercado

Com a redução do volume de exportação das commodities, Dilma demorou a reagir e foi sugada de vez para dentro da crise.

“Apesar disso, vejo um precedente frágil para afastá-la. Se as pedaladas forem consideradas crime, haverá mais líderes do Executivo no Brasil a perder seus mandatos”, completa.

IMPEACHMENT DE DILMA

merval@oglobo.com.br

Merval
PEREIRA

A decisão de Zavascki de recusar mais uma ação da Advocacia-Geral da União para anular o processo devido a suposta “vingança” de Cunha é exemplar

Supremo avaliza rito

Os defensores da presidente Dilma tanto fizeram que, ao final, o que alcançaram foi conseguir que o Supremo Tribunal Federal (STF) referendasse todos os atos praticados até agora no processo de impeachment, que entra hoje em sua fase decisiva, com o afastamento temporário de Dilma.

A decisão de ontem do ministro Teori Zavascki de recusar mais uma ação da Advocacia-Geral da União para anular o processo devido a uma suposta “vingança” do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é exemplar nesse sentido.

O ministro José Eduardo Cardozo pediu que, se não fosse anulado todo o processo, pelo menos fossem considerados inválidos todos os atos de Cunha desde 3 de março, quando ele foi considerado réu pelo STF. O truque estava exatamente aí, pois a comissão do impeachment, pelas regras que o Supremo definiu, foi eleita no dia 17 de março.

Tudo estaria anulado a partir daí, com o processo tendo que recomeçar. O

objetivo, que já havia sido tentado anteriormente numa ADPF que não tinha essa intenção explícita, mas poderia, segundo alguns juristas, levar a uma ação nessa direção, depois se revelou resultado de uma verdadeira conspiração que usou o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, para anular a sessão da Casa, com o conhecimento da própria presidente Dilma.

Na noite do domingo anterior, uma Hilux branca chegou às 23h30m ao Alvorada levando a bordo o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, o deputado federal Silvio Costa, o governador do Maranhão, Flávio Dino, e o próprio Maranhão, que no dia seguinte, pela manhã, apresentaria sua espantosa decisão.

Zavascki aproveitou sua decisão para firmar uma posição sobre a possibilidade de o STF analisar a validade do mérito das acusações à presidente da República, que o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, insiste em dizer que pode ser analisada. Disse Zavascki: “(...) não há base constitucional para qualquer intervenção do Judiciário que, direta ou indiretamente, importe juízo de mérito sobre a ocorrência ou não dos fatos ou sobre a procedência ou não da

acusação. O juiz constitucional dessa matéria é o Senado, que, previamente autorizado pela Câmara, assume o papel de tribunal de instância definitiva, cuja decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo”.

Como já fora dito em outras decisões do STF, Zavascki volta a explicar o papel dos deputados e senadores no julgamento do impeachment: “(...) é preciso compreender também que o julgamento, em tais casos, é feito por juízes investidos da condição de políticos, que produzem, nessa condição, votos imantados por visões de natureza política, que, consequentemente, podem eventualmente estar inspirados em valores ou motivações diferentes dos que seriam adotados por membros do Judiciário”.

Ele ressalta que os atos do presidente da Câmara “foram subsequentemente referendados em diversas instâncias da Câmara, com votações de acolhimento numericamente expressivas, o que qualifica – e muito – a presunção de legitimidade do ato final de autorização de instauração do processo de impeachment, que não é de competência solitária do presidente daquela Casa, mas do seu plenário”.

Fica impossível, portanto, sustentar

que o processo de impeachment é um golpe parlamentar, pois todos os passos estão sendo acompanhados pelo STF, que, por sinal, teve sua maioria – 9 dos 11 ministros, inclusive Zavascki – indicada por Lula e Dilma.

Paralelo

A escolha, depois abortada, do deputado federal Newton Cardoso Jr., de 36 anos, para a Defesa, além de causar estupefação entre os militares, fez lembrar a nomeação pelo ex-presidente Collor de Pedro Paulo Leoni Ramos, seu amigo então com 30 anos, para chefiar a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que substituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Leoni Ramos saiu do governo Collor sob acusações de corrupção e está hoje novamente envolvido em denúncias da Lava Jato, como associado a Collor.

A diferença é que Collor tinha na ocasião 42 anos e um perfil arrojado como marketing político, enquanto Michel Temer é um político experiente que não costuma agir impensadamente. No caso do Ministério da Defesa, no entanto, o bom senso não tem predominado nas decisões de Temer.

IMPEACHMENT DE DILMA

COMO SERÁ O AMANHÃ?

É possível



Abdo Filho

Macroeditor de Política, Economia e Mundo

Do prisma político, pouco se espera da assunção de Michel Temer à presidência. Basta ver os que o cercam, quase todos personagens que dominam a cena política desde o regime militar. Já do ponto de vista econômico, é possível ser otimista. Não será fácil, mas basta querer e ter coragem para fazer.

Um belo primeiro passo, capaz de injetar ânimo imediato, seria iniciar as privatizações da infraestrutura. Há um pacote superior a R\$ 30 bi pronto nas gavetas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. O país ganharia em todas as pontas. Além de enxugar uma parte desse Estado mamútico, seriam bilhões em investimentos e milhares de empregos gerados em questão de meses. Depois de prontos e/ou ampliados, ferrovias, rodovias, aeroportos e hidrovias viabilizariam um salto de produtividade e, conseqüentemente, de competitividade à nossa economia.

Tem mais. A retomada passa necessariamente pela sinalização, rápida, de um corte vigoroso nos gastos públicos. Não estou falando de Bolsa-Família, conquista social reconhecida internacionalmente, mas de uma burocracia estatal – em todas as esferas de poder e

governo – que abriga uma infinidade de empresas, autarquias, secretarias, superintendências, agências, servidores (efetivos ou não)... que definitivamente não vale o quanto pesa. As finanças públicas nacionais clamam por um enxugamento drástico – incluíamos aqui os subsídios e desonerações concedidos a esmo nos últimos anos. Precisam caber dentro do PIB!

Além de cortar gastos com o que não precisa, o Estado libertaria o setor produtivo de uma série de amarras produzidas por uma burocracia que só faz se retroalimentar e ver fim em si mesma. Algo sufocante. Retomar a confiança perdida e reequilibrar as finanças públicas devem ser prioridade número um do governo Temer. Reformas mais profundas, caso destacado da Previdência, que dependerá de muita habilidade política, são essenciais, mas há muito que pode ser feito com uma canetada. Ou seria tesourada?

Se Temer agir como deve, a credibilidade volta, e a retomada virá com mais força e velocidade que o nosso pessimismo atual permite vislumbrar. O país já trilhou caminho semelhante, portanto, sabe o que fazer. Isso dá ânimo!

Culpada ou inocente?



João Baptista Herkenhoff

Juiz de Direito aposentado, escritor e articulista de A GAZETA

Infelizmente, não vejo com otimismo o futuro do Brasil, após o impeachment de Dilma Rousseff. Não foi provado que a presidente da República tenha praticado crime de responsabilidade. Prova é prova, suspeita não é prova. A dúvida, pela velha lição do Direito, beneficia o réu. Alguns entendem que este princípio só é aplicável aos crimes comuns. O crime de responsabilidade não estaria subordinado à regra da dúvida absolutória. Discordo dessa interpretação. O benefício da dúvida absolutória integra a Teoria Geral do Direito. Não comporta restrição, sob pena de fraudar a Ética a que o Direito está subordinado.

A inteireza moral de Dilma Rousseff e sua conseqüente inocência divide a opinião pública: milhões de brasileiros acreditam na culpa e outros milhões apostam na inocência. Mesmo dentro da família, dentro da mesma casa, há quem seja a favor da derrubada e contra a derrubada. Também se observa uma grande diferença de percepção entre as regiões do país: o Norte Pobre é a favor de Dilma, o Sul Maravilha é contra Dilma. Em face de tão grande discordância, na consciência dos brasileiros, o impeachment apro-

fundará as rupturas no tecido social.

O cidadão que substituirá Dilma não tem votos pessoais. Ao vice são creditados os votos do titular. Se é difícil governar respaldado em votos, mais difícil é ainda governar sem ter sido alçado ao poder pela força do voto pessoal, mas apenas pelo voto de tabela. Não é sem motivo que muitos doutrinadores são favoráveis à supressão das figuras dos vices ou, pelo menos, que os vices tivessem direito apenas a substituição de curta duração. Ocorrendo a morte, ou outro fato que afaste o titular do cargo, haveria novas eleições.

Muitas organizações feministas propugnam o entendimento de que na oposição a Dilma há machismo, ou seja, implícita ou explicitamente, a recusa de que uma mulher comande o país. Este ângulo da matéria é mais um ingrediente desestabilizador.

Na alma do povo existe a crença de que Deus é brasileiro. Essa crença resulta de um fato concreto: como é que, apesar de tantos problemas, tantas dificuldades, o Brasil está de pé? Se a Graça Divina ampara a Terra de Santa Cruz, não é o impeachment aprovado ou rejeitado que afastará nosso país do seu destino.

O mordomo e a chefia



Eduardo Fachetti
Editor de Política

A ascensão de Michel Temer à Presidência da República se deve, em grande parte, à resignação que ele teve ao longo dos últimos anos, aceitando – aparentemente sem transtornos – aquelas que podem ser suas maiores descrições: a pose de “mordomo de filme de terror”, como descrevera o já falecido senador Antônio Carlos Magalhães, na década de 90, e a condição de “vice decorativo”, como ele se autointitulou na carta-desabafo endereçada a Dilma.

Ocorre que agora o “mordomo” ganhou poder e terá que se mostrar capaz de liderar muito mais que reuniões a portas fechadas e acordos costurados com discrição, outra marca sua. Sai de cena a chefe estridente e pouco afável, que conviveu por cinco anos e cinco meses com a fama de mal-humorada e centralizadora e entra... quem mesmo? A esfinge.

Tão importante quanto medidas moralizadoras e modernizadoras para o Estado, tão relevante quanto o ajuste das contas públicas e a consolidação de um

novo governo que nasce no epicentro de um terremoto político, será necessário a Temer mostrar à nação quem ele de fato é. Até aqui sua trajetória foi construída com gestos sutis, mas o Brasil não parece querer – e muito menos precisar! – de um presidente que se trancafia em si.

Não bastará ao novo presidente se diferir de Dilma perante o Congresso. No que ela demonstrou incompetência, como a capacidade de se articular politicamente e concatenar frases com sujeito, verbo e predicado, já se sabe que o peemedebista é superior. Temer tem a bagagem que o silêncio dos mordomos lhe permitiu acumular.

Ocorre que muitos dos aliados ao redor do novo governo são aqueles que num passado não tão remoto bajulavam Dilma – lá estão PSD, PP, PSB, PTB e tantos outros “pês”, inclusive o próprio PMDB. Resta saber se, despido do uniforme de assistente, a faixa presidencial cairá bem a ponto de Temer ser promovido de mordomo a chefe. E se será um chefe que inspira confiança.

Do jeitinho ao jeito



Fernanda Queiroz
Editora-executiva e âncora da CBN Vitória

Diante de tantas incertezas políticas, pelo menos uma grande constatação se tira dessa crise: não toleramos mais roubalheira. Ao começar a escrever este artigo, pensei no futuro de minha filha, hoje com seis anos. E no que eu diria para ela, daqui a alguns anos, quando perguntada sobre como foi esse momento que estamos vivendo.

A extensão das denúncias que atingem, em 2016, um ex-presidente e uma presidente da República abala a crença nas instituições e no futuro do país. E um dos principais problemas para esta descrença é a cultura da impunidade.

A Justiça ainda é vista por muitos como morosa, mas a Operação Lava Jato, mesmo recebendo críticas sobre a sua atuação, representou uma mudança cultural. Como disse o comentarista da Rádio CBN, o jurista Walter Maierovitch, “ela é tão forte a ponto de quebrar o discurso de que o mensalão não existiu”.

Com a corrupção, amplia-se a exclusão social, e o dinheiro não chega

para a Saúde, para a Educação e para a Segurança Pública. O custo econômico destes desvios, segundo cálculo da Fundação Getúlio Vargas, é equivalente a 5% do PIB a cada ano.

Mas não podemos pensar que os atos de corrupção estão associados exclusivamente aos desvios de verbas públicas. É mais do que isso. Está no nosso dia a dia, no “jeitinho brasileiro”. Está no ato de não emitir uma nota fiscal; ao tentar subornar o policial para evitar multas; em aceitar o troco errado; em furar fila e em comprar produtos piratas.

Historiadores revelam que esta prática vem desde o período do descobrimento. O primeiro caso de nepotismo, por exemplo, estaria explícito na Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, ao pedir emprego para o genro.

O que eu direi para a minha filha quando ela me perguntar sobre este capítulo de nossa história? Que esse país tem jeito sim. E que este momento é apenas um novo capítulo de uma história que começa a ser contada.

IMPEACHMENT DE DILMA

O poder da dúvida



Carol Rodrigues
Editora do caderno C2+PENSAR

“É tolo quem pensa no futuro antes de pensar no presente.” A citação é atribuída a Nikolai Gogol, mas talvez pareça aquém da genialidade do escritor russo por sua quase obviedade. Poderia ter sido dita por qualquer um, num lampejo de lucidez. Talvez até tenha sido. Mas ela reflete um certo estado das coisas no dia seguinte ao afastamento de Dilma Rousseff do cargo a que foi reeleita em 2014. Não dá para olhar para o futuro sem refletir sobre hoje.

E hoje é apenas o marco zero de um afastamento que ainda culminará no julgamento definitivo, que a retirará ou não da presidência. No que diz respeito ao presente, a minha percepção é de que as justificativas para o impeachment não se sustentam. Não sou especialista em Direito, mas não posso me abster de acreditar que, diante da dúvida, não condene.

Ainda ressaltando essa minha certa ignorância, mas também o meu bom senso, tenho outra crença que me é muito cara: a de que um impeachment precisa ter embasamento jurídico irretocável, perfeito. Que não dê margem a teses golpistas. Mas até agora os argumentos têm sido contestáveis. Ju-

ristas renomados estão divididos. As “pedaladas fiscais”, o artifício contábil que nesse processo incrimina a presidente, é comprovadamente uma manobra já utilizada em outras gestões, de outras esferas. Soa como casuísmo. Terá valido a pena ter afastado uma presidente, cuja administração vem sendo questionada, com razão, por vários setores sociais, por um argumento frágil, que nem sequer consegue envolver a totalidade da opinião pública? Acredito que não. Enfim, estamos preparados para esse impeachment?

Obviamente, para a última questão, não tenho resposta. Mas a pergunta é de tirar o sono. Principalmente quando se vê que é a corrupção, tão arraigada à política brasileira, a grande motivadora da rejeição ao governo do PT. Mas não é essa corrupção que está tirando a presidente do cargo. Aliás, quando o assunto é esse, há de se arrepiar com o PMDB na presidência, partido com nomes de peso envolvidos na Lava Jato. Inclusive o do próprio Michel Temer.

Enfim, o futuro é um prato cheio para os profetas. Eu só consigo me ocupar do presente, não por pretensa sabedoria, mas por constantes inquietações.

Um Brasil maior



Eduardo Caliman
Editor-executivo da Redação Multimídia da Rede Gazeta

O Brasil que foi às ruas exigir a queda de Dilma acompanha os passos de Michel Temer com certa desconfiança e, ao mesmo tempo, esperança. Esse Brasil cresceu em atitude crítica e cobrança. Ergueu, na maior manifestação da história, as bandeiras do freio na corrupção, da eficiência nos serviços públicos e do ajuste na economia. Enquanto se indignava com os escândalos em série, se assustava com a volta da inflação, dos juros altos e do desemprego.

A maior parte desse Brasil já não apoiava Dilma nas eleições de 2014. Outra parcela viria a se desiludir após ver o país afundar no maior escândalo de sua história e ao sentir na pele as consequências de uma equação perversa: desequilíbrio fiscal e pedaladas para esconder o descontrole.

O Brasil que gritou “impeachment já” possivelmente não elegeria Temer se tivesse a oportunidade de uma nova eleição. O vice-presidente é cacique de um partido que está no centro das investigações da Operação Lava Jato. Dias atrás, contava com a conveniente parceria de um presidente da Câmara acusado de receber propina.

Junto com o PMDB, Temer esteve ao

lado do PT durante todo o tempo. Foi sócio dos descaminhos. E só desembarcou de vez após a abertura do processo de Dilma na Câmara. Numa carta-desabafo, colocou-se como vítima de menosprezo e isolamento.

Agora, o vice-presidente prepara o corte de uma dezena de ministérios e de cargos comissionados, além de medidas estruturantes, como o aumento da idade mínima para a aposentadoria – remédio amargo já praticado em outros países pelo mundo.

Na formação da equipe há bons sinais, mesmo que só parte dos nomes transmita credibilidade. O jurista Antônio Mariz “caiu” antes mesmo da posse, após críticas à Lava Jato. As investigações de Sérgio Moro estariam livres de interferência.

Por essas razões, mesmo diante da resistência de Dilma e da previsão de um desgastante processo no Senado, que pode chegar a 180 dias, é possível que o novo governo consiga encontrar um rumo e estancar a crise. Presidente sem votos diretos, Temer terá nas mãos a chance de deixar de ser um político “decorativo” na história do país.

Velório e ressurreição



Gabriel Tebaldi
Professor de História e articulista de A GAZETA

Hoje o Brasil acorda diferente! Não só pela queda após mais uma semana de guerra, mas principalmente pelo impacto histórico de tal derrocada. Com Dilma cai junto a barganha petista, o militante forjado e o discurso messiânico. Com Dilma cai a dependência sentimental de um povo por seu presidente.

A história sempre advertiu os riscos da política apaixonada: nela, sustentaram-se os maiores desastres do século XX. As eleições de 2010 e 14 foram grandes símbolos desse veneno, afinal, nada explica a vitória de uma candidata de primeira viagem ao maior cargo da República se não o sentimento messiânico construído por Lula.

Hoje, porém, os “heróis do povo” estão desmoralizados e sozinhos. Seus nomes saíram do pedestal direto para as delações e, por fim, para as piadas de rua. Dilma tornou-se caricatura e, paralelo a isso, Temer correu sozinho.

O presidencialismo vive, agora, um momento curioso: nosso vice em nada lembra o povo, mas recebe, agora, seu apoio para o novo governo. Temer nem de longe é a sucessão ideal,

mas o pragmatismo dita a verdade: no momento, pouco importa o portador da faixa; o que se anseia é uma equipe capaz de transformar o país.

O grupo de Temer pode entrar para a história como responsável pela reestruturação econômica do país. Ou seja: um político comumente associado às elites deverá atacar os maiores algozes do povo: o desemprego e a inflação.

Ao descumprir suas promessas, o PT minou sua estratégia eleitoral de marketing e belas palavras. A população agora espera ações concretas, práticas e técnicas do novo governo a fim de reverter as crises então consumadas. Não há espaço (nem tempo ou dinheiro) para populismo e demagogia.

O PT, de fato, mudou o Brasil: suas próprias ações liquidaram as piores estratégias eleitorais, escrevendo péssimas páginas na história. A partir de hoje Temer tem dois caminhos possíveis: se obtiver sucesso, sepultará de vez o caráter messiânico petista; se fracassar, ressuscitará o governo para consequências incalculáveis.

Entre velório e ressurreição, fica a sincera expectativa para que a nova gestão faça do vice um belo coveiro.

A Lava Jato e a ética



Luiz Cláudio Allemand
Mestre em Direito - ouvidor e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

A Lava Jato já se apresenta como um divisor de águas na sociedade brasileira. Não se pretende trazer para o debate as consequências para o meio jurídico das delações premiadas, etc, visto que “A Constituição significa o que o Supremo Tribunal Federal diz o que ela significa” (Charles E. Hughes). O que se pretende, nesse curto espaço, é iniciar uma reflexão sobre a ética nos negócios e o interesse do Estado. Para tanto, é preciso formular duas perguntas: i) Sobreviverá o negócio pelo negócio, depois da Lava Jato?; e ii) O Estado ajuda ou atrapalha o cidadão/contribuinte?

Hoje, vivemos em um Estado social bancado por um Estado fiscal, mas o primeiro já não garante o básico previsto na Constituição à população brasileira e o segundo arrecada para justificar sua própria existência (mensalão, petróleo etc). A receita para se livrar dessas amarras foi apresentada por Winston Churchill: “O processo é simples. Basta a determinação de centenas de milhões de homens e mulheres empenhados em fazer o que está certo em vez do que está errado, para ter por recompensa felicidade em vez de sofrimento...”.

Mas a ética nos negócios pode ser mitigada pela “ética casuística”? Se o empresário não pagar ao corrupto, estará colocando em risco os empregos? Pode-se considerar a vontade de garantir empregos uma ética absoluta que justifique aceitar a corrupção?

A resposta vem de Peter Drucker: “...a ética nos negócios é casuística, ela não durará muito – e muito antes de morrer terá se tornado uma ferramenta do executivo de empresa para justificar aquilo que, para outras pessoas, seria comportamento antiético, e não uma ferramenta para restringir os atos do executivo de empresa e impor limites éticos rigorosos ao mundo dos negócios”.

A Lava Jato, com sua investigação reversa para seguir o dinheiro, com a cooperação internacional, com o aparato investigativo eficaz e cruzamento de informações, impõe, agora, ao político brasileiro e ao gestor de uma empresa, que observem a ética da interdependência, pois é preciso se exigir de si mesmo o comportamento que se aceitaria de outra pessoa, ou seja, a ética.

Quanto às perguntas formuladas acima, tenho certeza que o leitor tem as respostas!!!

IMPEACHMENT DE DILMA

Temer deveria ler Kafka



Leonel Ximenes

Editor de Opinião de A GAZETA e titular da Coluna Victor Hugo

Começo este texto recorrendo ao grande escritor tcheco Franz Kafka: “O tempo é teu capital; tens de o saber utilizar. Perder tempo é estragar a vida”. Essa é a questão central para o novo governo que se instala por força do impeachment da presidente Dilma: não há tempo a perder; o Brasil tem pressa.

Ao governo Temer não será dada a tolerância que tradicionalmente novos governantes têm para implementar as mudanças. O Brasil está paralisado e em profunda crise. A nova gestão tem que estar – ou deveria estar – consciente de que as reformas urgem. Chega de conchavos, de ocupação de espaços do poder por meio de arranjos políticos menores, de loteamento da administração.

Torçamos para que o ministério Temer não seja formado necessariamente por notáveis (ser notável não significa ser eficiente), mas por pessoas capacitadas para exercer suas funções, tenham elas perfil político ou não.

Nesse período inicial, o presidente em exercício tem que acenar para a sociedade que as mudanças tão reclamadas e necessárias à superação da crise serão adotadas – doa a quem doer.

O novo presidente tem que honrar

sua biografia e fazer o que tem que ser feito. Aos 75 anos de idade, Temer não deve ter mais a preocupação em agradar àqueles que não colocam os interesses da nação em primeiro lugar. Esqueça os partidos, Temer, despreze os caciques políticos, não se submeta aos interesse corporativos!

A sociedade aceita até fazer mais sacrifícios desde que reconheça no seu governante disposição para dar o exemplo. Inclusive o de austeridade, talvez o mais desejado. E o que significa ser austero na atual conjuntura? Cortar os gastos públicos desnecessários; enxugar a máquina pública; enviar logo ao Congresso, enquanto tem legitimidade, uma proposta de reforma tributária, previdenciária e trabalhista.

O presidente em exercício não deve ter medo de desagradar. Vai ter que falar mais “não” do que “sim”; dar mais socos na mesa do que acariciar; ouvir muito, mas dar a palavra final.

Temer, é necessário fazer a travessia, os tempos que hão de vir serão duros. É Kafka que nos ajuda outra vez: “Em épocas de paz não se costuma chegar a lugar algum”.

Será que Michel Temer leu Kafka?

Meia verdade



Rafael Braz

Editor do Caderno Dois

“É importante entender que os setores privilegiados e poderosos nunca gostaram da democracia”. A frase do intelectual americano Noam Chomsky é completada quando ele explica que depois de períodos de democratização a reação sempre vem potencializada. É o nosso caso.

Os avanços sociais e a prosperidade econômica dos dois governos Lula não eram mais o suficiente para manter o PT no poder. O momento único, com o povo nas ruas, criou o cenário perfeito para a manobra. Com o medo enfiado goela abaixo da população (“um golpe comunista”), tínhamos antagonistas extremos (os “petistas” vs. o cidadão “de bem”) e a luta contra a corrupção, um desejo logicamente compartilhado por todos, logo se transformou em uma cruzada contra o PT.

“As pessoas não são más, elas só estão perdidas”, diria o Criolo, mas, com pessoas perdidas ou não, a tomada das ruas criou uma meia-verdade: “o Brasil quer o impeachment”. Mas o Brasil é só o que foi às ruas? Os derrotados nas últimas eleições presidenciais – e até alguns eleitos, se contarmos o PMDB – viram a opor-

tunidade e tiraram proveito dela.

Que reste claro: impeachment sem crime de responsabilidade fiscal é golpe. O golpe não precisa ser militar, pode ser parlamentar, como tem sido. Não há defesa de Dilma ou de José Eduardo Cardozo neste momento que seja capaz de mudar isso.

Os indicadores econômicos podem (e devem) melhorar, mas isso não necessariamente representará uma melhoria para o cidadão que foi às ruas defender o interesse do empresariado. E veja... quando digo “empresariado” não me refiro ao sujeito que tem uma lanchonete, um posto de gasolina ou um restaurante, mas a banqueiros, empreiteiras... os que financiam campanhas.

E não tenha dúvidas: Temer está do lado deles e para eles serão suas primeiras medidas. O apoio da bancada BBB (bíblia, boi e bala) também custou caro e pode ter certeza que ela cobrará alto com ministérios e presidências de comissões.

Se tudo correr nos conformes, mesmo com a nossa dose de reviravoltas diárias, o governo estará, enfim, livre do PT, mas entupido de gente que não tem legitimidade para estar lá.

Transição com riscos



Arlindo Villaschi

Professor de Economia da Ufes e articulista de A GAZETA

O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do impedimento da presidente Dilma Rousseff por pedaladas fiscais para cumprir obrigações do governo para com programas sociais coloca o país em situação de transição política e econômica. Como essa transição, vai ocorrer com o Executivo comandado por quem está longe de ter qualidades de estadista; e com o Legislativo amplamente subordinado a interesses pouco republicanos. Há que se estar atento para retrocessos.

No campo político, correm riscos avanços de cidadania conquistados no pós-regime militar, dentre os quais (I) a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de relevância para o país – como a igualdade entre humanos independentemente de gênero, etnia e religião; e (II) o direito universal à educação, saúde e condições básicas de vida.

No campo econômico, manchetes e coberturas jornalísticas centradas no julgamento pelo STF abrirão espaço para a tramitação de legislação e políticas públicas há muito desejadas

por forças conservadoras. Um dos alvos será o retorno ao afã privatizante, que pode afetar bem-sucedidos experimentos brasileiros na busca de autonomia tecnológica. A Petrobras – tanto no que diz respeito à exploração do pré-sal quanto nos avanços de energias alternativas; a Embrapa – em tudo que tem feito para assegurar a competitividade do agronegócio; a rentabilidade da agricultura familiar; e a valorização de modos tradicionais de produção são alvos explícitos de privatização sem maiores debates políticos.

O reconhecido sistema estatal de crédito e financiamento – BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil – também sofrerá pressão para abrir espaço para a banca privada, mesmo em áreas em que essa sempre demonstrou pouco interesse: financiamento de longo prazo; apoio a micro, pequenas e médias empresas; e fomento a investimentos sociais.

Tempos sombrios adiante. Manter-se atento no que tramitará e circulará no Executivo e no Legislativo é fundamental. Há riscos sérios de retrocesso.

Confiança é tudo



Evandro Milet

Consultor empresarial, palestrante e articulista de A GAZETA

Quem há de querer investir em um país com um governo incompetente que desconfia de empresários, com uma economia errática, querendo reinventar a roda e que já quis ensinar economia para americanos e europeus em arroubos delirantes e ridículos?

O populismo coloca a culpa da crise em uma conspiração universal envolvendo a CIA, o STF, o Ministério Público, o Procurador-Geral, as multinacionais, a elite, a oposição, o juiz Moro, a imprensa, a Polícia Federal, o escambau. É muita mania de grandeza, pretensão e ignorância. As mesmas que acham que o Brasil começou em 2003 e que Lula é um gênio, mesmo que escolha um poste incompetente para continuar o des-governo do seu segundo mandato.

É impressionante a ignorância sobre economia que vem de dentro do partido do governo: usar as reservas internacionais para investir, baixar taxas de juros na marra, dar calote na dívida, deixar de pagar juros e usar o dinheiro para dar comida aos pobres etc. É conhecida a história da consultoria de um dos maiores(?) eco-

nomistas do PT, Aloizio Mercadante, ao então recém eleito governador Vitor Buaiz, chancelando o aumento de 25% para o funcionalismo estadual porque o Plano Real não daria certo. A inflação acabou e o governo dele também.

O que torcemos que aconteça a partir de hoje?

A volta da confiança em uma administração minimamente inteligente da economia, com ações óbvias que não deveriam ser de direita nem de esquerda em relação à responsabilidade fiscal; um programa de atração de investimentos em concessões e PPP's, inclusive no petróleo; ambiente de negócios mais favorável à iniciativa privada; relacionamento menos conflituoso com o Congresso e aperfeiçoamento dos programas sociais.

Com confiança é possível rapidamente atrair capitais externos remunerados quase a zero lá fora e animar os investidores locais a aproveitar a vasta mão de obra desempregada e a capacidade ociosa da indústria em recessão. Mas vai ser suado. O estrago feito pela incompetência é muito grande.

IMPEACHMENT DE DILMA



03/12 - Processo é aceito na Câmara



08/12 - Temer reage com carta a Dilma



16/12 - Lava Jato atinge Eduardo Cunha



04/03 - Delação de Delcídio sacode país

CRISE ESTAMPADA NA CAPA

A GAZETA acompanhou de perto os principais passos da crise



06/03 - Triplex e sítio arranham Lula

Os últimos seis meses foram vertiginosos na política. De dezembro até hoje, o país viveu momentos de alta tensão. No dia 2 de dezembro, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deu o primeiro passo para o processo de impeachment. A partir daí, foi uma sucessão de sustos. Uma breve recapitulação: Delcídio do Amaral, que foi líder do governo, acusou Dilma e Lula de envolvimento no petrolão e de tentar barrar a Lava Jato. Lula foi conduzido à força para depor na polícia sobre a ocultação da propriedade de um triplex e um sítio. Uma gravação divulgada pelo juiz Moro indicava que Dilma queria nomear o ex-presidente para evitar sua prisão. Enquanto isso, milhões de brasileiros tomavam as ruas do país para protestar contra o governo. A GAZETA buscou retratar a crise de forma crítica e independente. Nesta página, selecionamos dez capas que resumem bem a turbulência dos últimos meses.



06/05 - Cunha tem mandato suspenso



14/03 - Manifestação histórica no ES



17/03 - Grampo de Moro é revelado



30/03 - PMDB deixa o governo Dilma



18/04 - Câmara aprova impeachment

IMPEACHMENT DE DILMA

miriamleita@oglobo.com.br
**MÍRIAM
LEITÃO**



Menosprezar insistentemente o crime de ficar devendo bilhões a bancos públicos prova que o governo jamais entendeu o espírito e a história da Lei de Responsabilidade Fiscal

Queda inevitável

O estranho seria se nada acontecesse com o governo da presidente Dilma. Na economia, a recessão bate um recorde histórico, a inflação subiu, o desemprego está devastando ganhos passados e ameaçando o futuro das famílias. A maior estatal do Brasil está quebrada por erro de gestão e roubo. As fraudes fiscais desorganizaram as contas públicas, e o maior escândalo de corrupção atinge em cheio o governo.

No presidencialismo, o mandato tem mais proteção e o chefe do governo é mais estável, mas não é inamovível. O sistema político tende a retirar aquele que traz para o país uma soma excessiva de infelicidades. As empresas que fizeram os maiores projetos do governo estão enfrentando a Justiça, grandes empresários ligados às obras oficiais estão presos, o marqueteiro da presidente também está na prisão. Há fortes indícios de dinheiro desviado na campanha da presidente e dos políticos que a apoiavam. Manter tudo inalterado seria uma impossibilidade política.

A primeira das fraudes fiscais ocorreu no final do governo Lula, quando a equipe de Guido Mantega transformou dívida em receita com a capitalização da

Petrobras. Foi uma triangulação mágica que envolveu Tesouro, BNDES e a Petrobras, e melhorou de forma artificial o resultado primário do ano. Daí para diante, brincar com os números passou a ser a regra da equipe econômica.

A lista de indicadores ruins no governo Dilma é enorme. O PIB saiu de uma alta de 7,5% para uma queda de 4%. A inflação superou 10% e hoje está em 9,2%. O endividamento bruto deu um salto de 51% para 67% do PIB; o déficit nominal saltou de 2% para 10% do PIB; e o resultado primário que era positivo em 2% foi para o vermelho em 2%.

A cadeia de óleo e gás está desestruturada não só pela corrupção na Petrobras desvendada pela Operação Lava Jato, mas também porque o governo suspendeu as rodadas de petróleo quando o mercado estava crescendo e mudou o marco regulatório para aumentar a estatização. Diziam que era para fortalecer a Petrobras e, enquanto isso, nas sombras, ela estava sendo minada.

Na área de energia, o autoritarismo de Dilma quebrou as empresas, afundou a Eletrobras e provocou o tarifaço. A indústria automobilística, contemplada com mimos e regalos que custaram caro aos cofres públicos, teve anos de crescimento até que derrapou. Se em 2010 o ano terminou com alta de 18% nas vendas, este ano o que se vê é uma retração de 25%.

Dilma foi apresentada ao país, por

Os pontos-chave

1

Estranho seria se a presidente Dilma não caísse, diante de tanta infelicidade econômica

2

Dilma cai pelas fraudes fiscais, mas o pano de fundo é um enorme escândalo de corrupção

3

Crise minou seu apoio, e milhões de eleitores se convenceram de que foram enganados na campanha

Unidos. Nos últimos meses, a presidente Dilma cometeu novos erros ao tentar defender seu governo. As manifestações abusivas no Palácio do Planalto provaram que o PT não sabe a diferença entre o público e o partidário. E esse defeito está na raiz de outros crimes.

No processo de impeachment, Dilma caiu pelas fraudes que cometeu no Orçamento e na relação incestuosa com os bancos públicos, que é proibida expressamente por lei. Ela de fato cometeu esses erros. Não foram poucos, não foram banais. A defesa da presidente foi uma confissão de culpa. Ao menosprezar insistentemente o crime de ficar devendo bilhões a bancos públicos, provou que o governo jamais entendeu o espírito e a história da Lei de Responsabilidade Fiscal. Achou que podia desrespeitá-la. Foi com esse tipo de limite ao governante que se garantiu a estabilidade econômica no Brasil.

Para o cidadão comum, sua queda tem um pouco de tudo. Mesmo quem não entende o que é uma pedalada, ou por que motivo um governo não pode pegar empréstimo com os seus bancos, viu a inflação subir, tem medo do desemprego, sente o desconforto econômico de um país que encolhe. Essa soma de dores econômicas dissiparam o apoio que ela teve na reeleição. Até porque milhões de eleitores estão convencidos, hoje, que foram enganados. E foram.

Lula, seu tutor, como sendo boa gerente. Seu marketing fabricou a imagem de "mãe do PAC". Os investimentos nunca decolaram e hoje o setor público está sem capacidade de investir. No setor privado, as empresas também não investem, por falta de capital ou de confiança.

A intervenção feita na política externa enfraqueceu o Itamaraty e seguiu uma linha ideológica que aproximou o Brasil de países que se afundaram em crises, como a Venezuela, e nos afastou dos principais mercados, como o dos Estados

Conhecimento inspira OPORTUNIDADE

PÓS CATÓLICA
INSCREVA-SE AGORA

CURSOS NAS ÁREAS

SAÚDE

- Assistência de Enfermagem na terapia intensiva com ênfase em cardiologia e neurologia
- Assistência de Enfermagem hospitalar com ênfase em intensiva e urgência
- Fitoterapia
- Musculação e Treinamento Personalizado
- Nutrição Clínica Funcional em Estética
- Psicologia em Interface com a Justiça

GESTÃO

- Controladoria e Finanças
- Direitos Humanos
- Engenharia de Segurança do Trabalho
- Gerenciamento de Projetos
- Gestão de Marketing e Estratégia Digital
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Políticas Sociais Públicas e Privadas
- Gestão em Logística Empresarial e Internacional
- Gestão Empresarial

POS.CATOLICA-ES.EDU.BR | 27 3331-8536

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

PROTESTO EM BRASÍLIA



Confronto entre PM e grupo pró-Dilma

Manifestantes pró-governo entraram em confronto com policiais militares na noite de ontem, em Brasília. Eles atiraram rojões, pedras, bolinhas de gude, copos cheios e garrafas contra o cordão montado perto do Congresso. A PM reagiu com spray de pimenta três vezes. Duas pessoas passaram mal. FOTO: Reuters

PROTESTO EM SÃO PAULO



Manifestantes são detidos na Paulista

Em São Paulo, manifestantes pró e contra o impeachment bloquearam um dos sentidos da Av. Paulista. Houve discussão entre os manifestantes após troca de provocações. O grupo a favor do impeachment se reuniu perto da Fiesp. O grupo contra ficou em frente ao Masp. Duas pessoas foram detidas pela PM. FOTO: Newton Meneses/AE

IMPEACHMENT DE DILMA



Marcela chega ao Jaburu
A mulher do vice-presidente Michel Temer, Marcela, e o seu filho, Michelzinho, chegaram ontem por volta das 17h ao Palácio do Jaburu para acompanhar com o peemedebista a votação no Senado. Ela deve ficar ao lado do marido durante seu pronunciamento. FOTO: Ed Ferreira/AE

CORTES E APELO À PAZ NO DISCURSO DE TEMER

Peemedebista quer cerimônia simples e vai falar por 10 minutos

BRASÍLIA

◊ O vice-presidente Michel Temer (PMDB) definiu os principais tópicos do seu discurso de posse. Vai destacar a necessidade de um esforço para recuperar a economia, com corte de gastos do governo, além de pregar apoio à Operação Lava Jato e fazer um apelo à pacificação do país.

A respeito do trabalho da Polícia Federal nas investigações do esquema de corrupção da Petrobras, ele vai sustentar que não haverá intervenção, uma vez que sempre foi um defen-

A POSSE

15h

horário da posse

Temer não pretende subir a rampa principal do Palácio do Planalto.

sor da harmonia e independência das instituições.

O texto estava sendo finalizado na noite de ontem no Palácio Jaburu. Para isso, o vice-presidente ouvirá assessores e integrantes do núcleo político,

como o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e seu futuro ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Temer quer um evento simples e que não se alongue. O peemedebista dará posse aos ministros e, em seguida, vai discursar por aproximadamente dez minutos.

Os aliados do vice estudam anunciar, também durante a cerimônia, três medidas provisórias a serem enviadas ao Congresso nos primeiros dias de governo. Ao menos uma delas terá como foco a área econômi-

ca e outra tratará de mudanças em ministérios.

A expectativa do peemedebista é assumir o gabinete presidencial do Palácio do Planalto por volta das 15 horas de hoje. Ele só entrará no prédio após uma equipe de segurança fazer uma inspeção no local.

FORA DA RAMPA

Ele não pretende subir a rampa principal do Palácio nem transformar sua chegada num ato simbólico. O plano é fazer um discurso e dar posse aos ministros já escolhidos. (AE)

FILIPPO MONTEFORTE/AE



Francisco falou sobre a crise política pela primeira vez

Imprensa internacional repercute votação

◊ A imprensa internacional repercutiu ontem a votação do afastamento de Dilma Rousseff no Senado. O britânico "The Guardian" também faz uma cobertura em tempo real. O jornal fala da sessão e discute o sistema de segurança do lado de fora por causa das manifestações.

O americano "The New

York Times" aborda a expectativa da votação, após meses de turbulência na política brasileira. O "Washington Post" afirma que a presidente perdeu o apoio devido a crise econômica e revelações sobre corrupção.

O francês "Le Monde" afirma que a chefe de Estado brasileira pode estar vivendo "suas últimas ho-

ras no comando do país". O espanhol "El País" classificou o recurso que o governo impetrou no STF como "desesperado" e também considerou improvável a aceitação do pedido por parte da Corte.

O site do argentino "Clarín" afirma que Dilma chegou ao "Dia D tantas vezes antecipado desde que assu-

miu a sua segunda gestão" e destaca que ela está com as "horas contadas". O jornal lembra que o Senado brasileiro é composto de legisladores que já foram acusados de ter envolvimento em corrupção. Durante a votação na Câmara, 52 jornais, rádios e TVs de 21 países do mundo acompanharam a votação.

Papa deseja que Brasil siga o "caminho da paz"

◊ O Papa Francisco mandou uma mensagem ao Brasil, durante a audiência de ontem, no Vaticano. Foi a primeira vez que falou em público sobre a crise política no país. Ao cumprimentar os fiéis peregrinos brasileiros. E ao falar a eles, o Papa disse que dedicava o seu pensamento ao Brasil.

"Peço ao Senhor que

derrame os dons do Espírito Santo ao Brasil para que, nesse momento de dificuldades, siga nos caminhos da harmonia e da paz, com a ajuda de orações e do diálogo e com a proximidade de Nossa Senhora Aparecida, como a boa mãe que não abandona os seus filhos, na defesa e na guia deste caminho", disse.

IMPEACHMENT DE DILMA

vvogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



“Quando Gregor Samsa despertou, certa manhã, de um sonho agitado viu que se transformara, durante o sono, numa espécie monstruosa de inseto.” Primeiras linhas de *“A metamorfose”* (Franz Kafka)

Dilma, o PT e Franz Kafka

Neste 12 de maio de 2016, o país testemunha o fim de uma era: o encerramento traumático do ciclo de pouco mais de 13 anos em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores. Como chegamos aqui e como ler este momento histórico? Pego carona nas palavras do colega Leonel Ximenes, que, em seu artigo na página 11, sugere a Temer a leitura de Franz Kafka, gênio da literatura universal. Não conheço bem o autor tcheco, mas li dois dos seus maiores clássicos: “O processo” e “A metamorfose”. Ambos se aplicam bem ao momento.

O primeiro traduz a explicação para a queda de Dilma do ponto de vista dos apoiadores do governo, que se consideram vítimas de um processo arbitrário ao cabo do qual a presidente hoje é afastada do cargo sem culpa formada, direito a defesa assegurado nem crime identificado. Já “A metamorfose”, obra-prima de Kafka, indica um possível motivo, talvez o mais importante de todos, para explicar por que chega a fim tão melancólico um sonho que, para a maioria dos brasileiros, começou tão positivo há 13 anos.

No romance “O processo”, o protagonista, Joseph K., imerso em um subentendido Estado totalitário, descobre-se réu em uma ação aberta contra ele pelo próprio Estado, conforme lhe informam burocratas desde a primeira cena da trama, sem contudo jamais lhe explicarem de que ou por que ele é acusado. Essa narrativa de Kafka condiz com a narrativa oficial de que haveria um golpe sem armas em curso, com um “impeachment sem crime de responsabilidade”.

Algumas diferenças são evidentes: o Brasil, felizmente, não vive um regime autoritário – muito embora governistas (agora ex-governistas) denunciem a “ditadura do Judiciário” – e o impeachment é um dispositivo consagrado no texto da

Constituição democrática. Ninguém, nem mesmo o presidente, goza de total imunidade e está acima das leis; se incorrer em crime, pode ser cassado pelo Congresso. No mais, o processo todo se deu dentro das regras e dos limites estabelecidos pelo STF. Assim, não se mantém mais de pé qualquer contestação quanto à legalidade do processo. Quanto ao seu mérito (a existência ou não de crime), aí sim, seguirá sendo objeto de polêmica.

A rigor, Dilma cai por irresponsabilidade fiscal, com destaque às pedaladas – atraso de repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos, a fim de encobrir o verdadeiro tamanho do rombo orçamentário do governo. Convenhamos: o motivo formal da queda de Dilma, isto é, o crime imputado a ela, é mesmo frágil. Na prática, esse foi só o pretexto. Por que foi, então, que ela caiu de verdade? É onde deparamos com “A metamorfose”.

É claro que Cunha deflagrou o processo por interesse próprio. É certo que o grupo de Temer no PMDB enxergou o atalho para chegar ao poder e operou para isso. Mas nada muda o fato de que o governo Dilma foi vítima acima de tudo de si mesmo, de sua inépcia e despreparo para governar e da metamorfose em relação ao sonho vendido em uma campanha que virou sinônimo de estelionato eleitoral. Se, no mérito, a motivação jurídica do processo seguirá sendo questionada, a verdadeira motivação política está acima de qualquer questionamento: o primeiro governo Dilma foi ruim; o segundo é simplesmente desastroso.

O PT, a partir de hoje, retorna para a oposição: oportunidade única, presenteada pela história, para realizar a referida metamorfose, só que agora ao contrário

Metamorfose também viveu o PT. O partido que hoje bate em retirada não guarda nenhuma semelhança com o que venceu, com Lula, então artífice da esperança, a eleição de 2002; antes símbolo da ética, o PT transformou-se em criatura irreconhecível, a partir da corrupção, do aparelhamento do Estado e da promiscuidade com o poder econômico.

Ao longo destes mais de 13 anos, o partido deu um cavalo de pau kafkiano, desviou-se demais do sonho que representava. O sonho era bom demais para ser verdade; o exercício real do poder, verdadeiro demais para ser bom. Já o desastre do governo Dilma em nada lembra a prosperidade vivida nos anos Lula – que bancou, e aí seu maior erro, uma sucessora equivocada. Com Dilma no poder, o Brasil, como Gregor Samsa, “despertou, certa manhã, de um sonho agitado e viu que se transformara, durante o sono, numa espécie monstruosa de inseto”. O país, nos últimos dois anos, despertou de um sonho de grandeza; descobriu-se pequeno, aviltado, repulsivo... Dilma cai por uma sucessão de erros, de seu governo e de seu partido, tão surreais quanto um romance de Kafka.



“Conjunto da obra”

Para além da discussão formal sobre “crime de responsabilidade”, Dilma na prática cai também por absoluta incompetência e falta de aptidão para o cargo, a começar pelo pré-requisito básico de saber dialogar com o Congresso, que em peso lhe voltou as costas assim que teve a certeza da viabilidade do Plano B (o Plano Temer). Se alguém ainda tinha dúvida, a “razão não-oficial” tratou de ser adicionada por alguns senadores em seus discursos. Foi o caso de Magno Malta (PR), que citou o “conjunto da obra”.

Puxem a descarga

Magno, por sinal, exagerou em uma de suas típicas metáforas populares, ao criticar a mudança de rumo do governo. “É como se você tivesse deixado a chave de casa com alguém. E, quando volta, descobre que entupiram o vaso, estragaram tudo... Você tem que dar uma ordem de despejo.” O último a sair dê a descarga...

Saudades?

Magno ainda deu um tom militarista ao discurso e traiu pontinha de nostalgia da ditadura militar, lembrando com saudosismo a época em que se estudava Estudos Sociais e se cantava o Hino Nacional nas escolas. E encerrou declamando o refrão do Hino do Exército: “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”.

Tranquilidade

Às 18h30, o senador Ricardo Ferraço (PSDB) registrou à coluna o clima de calma no plenário. “Apesar da complexidade da decisão, o ambiente é de absoluta tranquilidade. Senadores governistas já consideram perdida a batalha. Estão cumprindo tabela. Os embates ficaram mais na comissão especial...”

Para a posteridade

Votando a favor da admissibilidade do impeachment, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) chamou a atenção dos colegas: “Se não soubermos explicar bem o crime, vai ficar um cheirinho de golpe...”

IMPEACHMENT DE DILMA

O PERFIL DE MICHEL TEMER



Celso Junior/Arquivo

Família

Michel Miguel Elias Temer Lulia nasceu em 23 de setembro de 1940, numa família de origem libanesa, de Tietê (SP). Casado com Marcela Tedeschi Araújo Temer, 32 anos, é pai de cinco filhos, dos quais o caçula teve com a atual mulher. A primogênita, Luciana Temer, é secretária de Assistência Social do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT)

Obras

Formado em 1964 pela USP, é considerado um constitucionalista de destaque no meio jurídico e acadêmico. É autor de importantes obras de Direito Constitucional, como "Constituição e Política", "Territórios Federais nas Constituições Brasileiras e Seus Direitos na Constituinte" e "Elementos do Direito Constitucional"



Arquivo

Carreira

Advogado doutor pela PUC-SP, começou sua vida pública como oficial de gabinete no governo Ademar de Barros (1963-1966), primeiro político associado ao slogan "rouba, mas faz". Filiou-se ao PMDB em 1981. Dois anos depois, foi nomeado procurador-geral do Estado de São Paulo pelo então governador Franco Montoro, que o convidou também para ser seu secretário de Estado de Segurança Pública em 1984. Voltou a ser titular da pasta, em 1992, na gestão do governador Luiz Antônio Fleury Filho, meses após a crise em consequência da chacina dos 111 presos do Carandiru



Joveci C. de Freitas/AE



Ed Ferreira/AE

Eleições

Foi eleito deputado federal por seis mandatos, com atuação de destaque como deputado constituinte. Presidiu a Câmara dos Deputados três vezes (1997, 1999 e 2009), atuando como aliado tanto do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quanto do petista Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Foi candidato a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Luiza Erundina (PSB), em 2004

O vice

Quando tomou a decisão de sair candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff, em 2010, Temer achava que a ainda pouco conhecida petista tinha poucas chances de ser eleita. Com raciocínio pragmático, porém, calculou que ele próprio tinha ainda menos chances de se reeleger deputado federal por São Paulo



Ricardo Stuckert/Instituto Lula



Ascom/VPR



Romério Cunha/VPR

Apelido

Seu perfil contido, sua postura sempre ereta, suas roupas e cabelos bem alinhados lhe renderam apelidos jocosos, como o cunhado por Antonio Carlos Magalhães: "mordomo de filme de terror"

Lava Jato

Foi citado por delatores na Operação Lava Jato. Delcídio do Amaral, senador cassado, atribuiu a ele a nomeação de João Henriques e Jorge Zelada, diretores condenados por desvios na Petrobras. O lobista Júlio Camargo também citou Temer, dizendo que o presidente em exercício e outros peemedebistas eram representados pelo também lobista Fernando Baiano. Temer nega

Castelo de Areia

O nome de Temer apareceu numa planilha de beneficiados por doações de empreiteiras na Operação Castelo de Areia (2009), que acabou anulada pela Justiça. Ele sempre negou irregularidades



Arquivo

Relação com Dilma

Cinco dias após o pedido de impeachment ter sido acolhido na Câmara, Temer enviou uma carta a Dilma. Nela, afirmou que passou os primeiros quatro anos de governo como "vice decorativo". Dias antes da votação do processo na Câmara, enviou um discurso a parlamentares do PMDB, em que falava como se o impeachment tivesse sido aprovado pela Casa. Com a relação desgastada, Dilma passou a chamá-lo de "traidor" e a associá-lo ao presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha

Infografia | Genildo

IMPEACHMENT DE DILMA

ILAN GOLDFAJN É ESCOLHIDO PARA O BANCO CENTRAL

Economista deve assumir a presidência da instituição em junho

BRASÍLIA

▄ O economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, foi escolhido para o comando do Banco Central no governo Michel Temer. A informação foi confirmada por três fontes próximas ao vice. Ilan deve fazer dobradinha com o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, escolhido para o Ministério da Fazenda.

Ilan Goldfajn foi diretor de Política Monetária do Banco Central durante a gestão de Armínio Fraga, e chegou a ser cotado inicialmente para ser ministro da Fazenda. Ele, no entanto, recusou o convite.

Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o economista deve assumir em junho. A confirmação oficial, no entanto, só será feita depois de confirmado o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Além de Ilan Goldfajn, estava no páreo para a presidência do Banco Central o nome de Mário Mesquita, ex-diretor de Política Econômica durante o período em que Meirelles presidia o BC. Mesquita é atualmente sócio



Ilan teria aceitado o convite para assumir o BC, segundo fontes perto de Temer

do Banco Brasil Plural.

Meirelles já acertou com Temer uma forma de blindar o comandante do Banco Central. Será enviada ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC) que dá ao BC autonomia para determinar a política de juros no país sem in-

terferências políticas. O presidente da autarquia não teria mais status de ministro, como é hoje, mas só poderia ser processado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela PEC, presidente e diretores do BC poderiam ser demitidos pelo presidente da República, mas apenas

em casos graves. Eles afirmam que somente depois da aprovação dessa PEC é que o comandante do Banco Central perderia o status de ministro na equipe de Temer.

O vice-presidente quer enxugar a máquina pública e reduzir o número de ministérios. Foi por isso que o

PMDB, partido de Temer, passou a avaliar a retirada do status de ministro para o BC. Economistas foram sondados no mercado e deixaram claro que não teriam interesse em integrar uma equipe econômica que ficasse sob suspeita de não ter independência para fazer o trabalho de controle da inflação.

ENCONTRO

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deu início ontem ao processo de transição com Nelson Barbosa, ministro da Fazenda. O peemedebista, cotado para assumir o Ministério do Planejamento, foi pessoalmente ao ministério para obter um panorama das medidas emergenciais a serem tomadas no início da gestão Temer.

Eles discutiram a necessidade de aprovar a mudança da meta fiscal até o fim do mês para evitar a paralisação da máquina pública por conta de um novo contingenciamento do Orçamento deste ano. A equipe de Barbosa apresentou estimativas de receitas e despesas, projeções para a arrecadação, gastos e PIB.

PROPOSTAS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Adotar idade mínima para a aposentadoria aos 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres.

REFORMA TRABALHISTA

Permitir que acordos firmados entre empresas e sindicatos prevaleçam sobre a lei trabalhista.

PRIVATIZAÇÃO

Privatizar tudo o que for possível e acelerar o programa de concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura.

CARGA TRIBUTÁRIA

Simplificar os impostos com a racionalização do sistema tributário.

SALÁRIO MÍNIMO

Desvincular o reajuste de benefícios sociais, aposentadorias e pensões do aumento do salário mínimo.

GASTOS PÚBLICOS

Fixar um teto para o crescimento dos gastos públicos.

MINISTÉRIOS

Temer cortou dez ministérios para compor o time de 1º escalão de seu governo. Ao todo, serão 22 pastas.

FGTS

Rever programas habitacionais do FGTS, que hoje repassam recursos a fundo perdido ao Minha Casa Minha Vida.

CÂMBIO

Adotar a livre flutuação com intervenções apenas pontuais.

BANCO CENTRAL

Lutar pela independência formal.

ABERTURA COMERCIAL

Reduzir unilateralmente tarifas e firmar mais tratados internacionais.

Programa "Crescer" será a marca do governo de Temer

▄ Nesta quinta-feira, o vice-presidente, Michel Temer, vai lançar o "Crescer", o Programa de Crescimento e Geração de Emprego e Renda. Temer quer fazer do programa a marca do seu governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC) foi da gestão petista.

No entanto, o programa de Temer promete dar estímulo aos investimentos privados por meio de concessões, parcerias público-privadas, além de privatizações. O Crescer ficará diretamente ligado à Presi-

dência da República.

O desenho do Crescer difere do modelo do PAC porque vai priorizar, segundo aliados do vice, o emprego. Ou seja, a importância da concessão de cada obra estará atrelada ao número de vagas for-

mais de trabalho que o empreendimento for gerar.

O eventual governo pretende fazer uma campanha para atrair os investidores estrangeiros considerados fundamentais neste momento em que as maiores construtoras brasileiras es-

tão envolvidas na Lava Jato. A equipe do vice já mapeou com os empresários quais concessões despertam mais interesse. Não descartam mudança nas regras dos leilões que vêm sendo estruturados pela equipe da presidente.

ALEXANDRE CAMPBELL



Meirelles tem se reunido com governadores

Meirelles já negocia dívidas dos Estados

▄ Os governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina se reuniram ontem na residência de Luiz Fernando Pezão, na Zona Sul carioca, para discutir uma saída para a bilionária dívida dos Estados com a União.

O ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles,

cotado para o Ministério da Fazenda, já começou a se encontrar com governadores para tratar do tema e teria mostrado disposição em negociar com os Estados. Meirelles teria dito que a pauta estava entre as prioridades de sua eventual gestão.

Em meio à instabilidade política, o encontro termi-

nou sem qualquer proposta concreta. O governador em exercício do Rio, Francisco Dornelles, expôs sua posição e defendeu uma moratória temporária do pagamento dos juros à União por pelo menos dois anos, para que os Estados possam reequilibrar seus orçamentos. A tese, porém, não foi en-

campada formalmente pelos demais governadores.

Na reunião, houve consenso de que é preciso esperar a instalação do governo Temer para dar início à discussão com a Fazenda, sobre a renegociação da dívida pública. Os governadores estão esperançosos. A dívida é estimada em R\$ 107 bilhões.

IMPEACHMENT DE DILMA

DILMA DEIXA BOMBAS PARA TEMER DESARMAR

Corte de gastos e rigor fiscal são armas necessárias para ajustes

/// NATALIA DEVENS
/// VINÍCIUS VALFRÉ

Dilma Rousseff sai, mas deixa como herança ao interino Michel Temer um pacote de indicadores econômicos negativos que minam o poder de compra e a própria autoestima dos brasileiros. Entre as bombas a serem desarmadas pelo novo governo estão uma inflação de 10,67% alcançada em 2015, cerca de 11 milhões de desempregados e uma desconfiança generalizada de investidores.

São problemas de solução complexa e que, segundo especialistas, exigem medidas de curto e longo prazos, às vezes impopulares. E, em tempos de polarização na sociedade, qualquer descuido do interino em sua cruzada poderá desconstruir esperanças depositadas nele pelos brasileiros que veem empregos ameaçados e redução do poder de compra.

Outra herança de Dilma a Temer é a retração de 3,8% no PIB em 2015, somada à estimativa de outra queda de 3,8% neste ano. É um “presente” bem diferente do que o entregue por Lula a ela em 2010, quando o país cresceu 7,5%, como nunca antes desde 1986.

Para piorar, Temer assume com o governo, pelo terceiro ano consecutivo, fechando o ano com o caixa negativo, pois as despesas foram maiores que as receitas.

Asolução para recuperar todos esses indicadores passa por um

raciocínio repetido exaustivamente por especialistas: controle das contas públicas para restauração da confiança pelo setor produtivo e pelos consumidores. Só assim retoma-se empregos, cai a inflação e o país cresce.

Para isso, o foco deve ser no rigor fiscal, corte severo de despesas e incentivos aos investimentos, após o período de intenso intervencionismo com estímulos artificiais do governo Dilma.

“O ajuste fiscal, com corte de despesas, redução de tamanho do Estado, é muito importante. A partir daí cria-se um clima favorável para os empresários voltarem a investir. Esse clima é fundamental para retomada de investimentos nacionais e estrangeiros”, comentou Marcelo Loyola Fraga, economista e coordenador geral da Faculdade Pio XII.

O professor de Macroeconomia da Ufes, Luiz Antônio Saade, defende que enquanto toma atitudes a curto prazo, como o estímulo às concessões, é imprescindível que o governo ganhe tempo para mudar a estrutura do gasto público com reformas de impacto no longo prazo, sinalizando que o gasto vai cair lá na frente, evitando que a economia piore.

“Não podemos esperar que as mudanças serão da noite para o dia. Mas ele pode conduzir o início de uma reforma tributária, para aumentar a receita, e uma reforma da Previdência, que é o gasto que mais pesa”, pontuou.

PERCEPÇÃO

Mesmo que tome medidas acertadas, o mais provável é que a população não sinta mudanças drásticas nos próximos dois anos e meio de governo Temer.

Isso porque a inflação e o desemprego, aspectos mais sensíveis, só são perceptíveis quando há crescimento.

“Só se combaterá o desemprego e a inflação se a economia crescer. Temer pode conseguir atenuar a queda”, disse Aminthas Loureiro Junior, economista e especialista em políticas públicas da Ufes.

O economista da Ufes Eduardo Ozório lembra que não dá para desprezar o mercado externo. “A crise não é só brasileira. Mas com a tranquilidade dos agentes econômicos locais, os preços tendem a se estabilizar”, disse.



Fernando da Silva usa faixa para pedir emprego nas ruas

Reverter crescimento do desemprego é desafio

À frente do governo federal, Michel Temer vai precisar vencer um vilão que o motorista Fernando da Silva Lima, de 26 anos, conhece bem: o desemprego. Sem conseguir trabalho há mais de um ano, ele está entre os 11,1 milhões de brasileiros parados. Na semana passada, o desespero levou o motorista a expor uma faixa pedindo emprego na BR 101, estratégia que já havia sido adotada por ele há dois meses. Ainda assim, não conseguiu emprego.

Essa é a mesma situação da auxiliar administrativo Kezia Rolin Gomes, de 28 anos, desempregada há sete meses. “Tranquei a faculdade de Ciências Contábeis. Vou precisar adiar o casamento e estou contando com a ajuda financeira do meu noivo para continuar pagando nosso apartamento”, lamenta.

No Espírito Santo, foram fechados 10.766 postos de trabalho no primeiro trimestre deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. O que aumenta a disputa pelas vagas e deixa o cenário ainda mais difícil, segundo o electricista industrial Israel Cor-

DESESPERO

“Estou desesperado. Tenho três filhos para cuidar. Estou parado há um ano e não sei mais o que fazer para mudar isso”

FERNANDO DA SILVA LIMA
26 ANOS

SEM SAÍDA

“Estou fazendo uns bicos com serviços elétricos. Mas os clientes também estão sem dinheiro. Está cada dia mais difícil”

ISRAEL CORDEIRO NASCIMENTO
26 ANOS

deiro Nascimento, de 26 anos.

“Estou parado desde dezembro do ano passado. Nunca fiquei tanto tempo sem trabalho. Participei de um mutirão de emprego em Cariacica, em abril, mas até agora, consegui somente uma entrevista de emprego”, disse.

“

O corte de despesas e a redução do Estado são muito importantes para criar o clima de retomada dos investimentos”

—
MARCELO LOYOLA
ECONOMISTA

Desafios de Temer

PIB

-3,8%

Foi o recuo do Produto Interno Bruto em 2015. A projeção para este ano é de uma retração de **-3,89%**

DESEMPREGO

11,1 milhões

Esse é o número de desempregados no país. Só no primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego alcançou a marca recorde de **10,9%**

INFLAÇÃO
10,67%

Esse foi o patamar alcançado pelo IPCA em 2015. Neste ano, a estimativa para o índice já está em **7%**, bem acima do centro da meta, que é de **4,5%**

ROMBO

R\$ 111,24 bilhões

Foi o rombo nas contas públicas em 2015, o que corresponde a **1,88% do PIB**. Em março deste ano, as despesas totais do governo já correspondiam a **19,1% do PIB**

DÍVIDA/PIB

66,52%

Em 2015, a dívida pública em relação ao PIB atingiu esse patamar recorde, **maior alta em nove anos**

ANÁLISE

Cortar para abrir espaço fiscal

▄ A primeira coisa a fazer é definir metas fiscais. Michel Temer também terá que fazer a Desvinculação das Receitas da União (DRU), para que haja remanejamento de algumas despesas. A terceira medida é aprovar a CPME, uma fonte necessária. Se não for a CPME, precisarão ser novos tributos. Outra medida importante com impacto estrutural é a vinculação do Ministério da Fazenda com a Previdência, sinalizando reforma forte no setor, o que é fundamental. Defendo subir a aposentadoria de todos para 65 anos – só esse critério, independente do tempo de contribuição. Se Temer aprovar essas medidas este ano, a inflação cai rapidamente, assim como a taxa de juros a longo prazo, o que abre espaço fiscal. Com isso, aceleramos investimentos. A taxa relevante para infraestrutura é a de longo prazo, não a curta. Já o PIB e o nível de emprego só têm condições de ser restabelecidos se for solucionado o problema fiscal.

—
FLÁVIO AUGUSTO CORRÊA BASÍLIO
DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DA UNB

ANÁLISE

Redução do rombo, mas sem superávit

▄ Caso este governo consiga dar um choque de confiança e fazer com que o dólar não dispare, estará ajudando a controlar a inflação de custo, visto que muitas matérias-primas são importadas e alguns produtos produzidos no Brasil também têm seu preço atrelado ao dólar. Mas essa medida não é a única necessária. A política monetária atual, de manter a taxa Selic alta, deve permanecer, mas precisa ser compatível com a política fiscal. O problema é que na área fiscal, o governo tem pouca margem de corte, porque existem os gastos obrigatórios, o pagamento de juros da dívida e os custos da Previdência. É um caminho penoso, mas é preciso controlar esses gastos para que não cresçam, criar um teto para a dívida e fazer a reforma tributária. Medidas como privatizações, concessões para retomar o crescimento podem reduzir o déficit, mas não levarão ao superávit até o fim do governo Temer.

—
LUIZ ANTÔNIO SAADE
PROFESSOR DE MACROECONOMIA DA UFES

IMPEACHMENT DE DILMA

O MINISTÉRIO DE TEMER

▼ Redução

Ministérios serão reduzidos de 32 para 22. Haverá a fusão de algumas pastas e outras perderão o status de ministério

▼ Indicações

A maioria dos futuros ministros conta com partidos políticos como padrinhos

ANÚNCIO

O novo ministério, ou ao menos parte dele, deve ser anunciado ainda hoje por Michel Temer (PMDB)



FAZENDA

▼ **Henrique Meirelles (PSD)**
Ex-presidente do Banco Central. Escolha pessoal de Temer. Vai incorporar a Previdência Social



SAÚDE

▼ **Ricardo Barros (PP)**
Deputado federal. É uma indicação de Ciro Nogueira, presidente do partido



EDUCAÇÃO E CULTURA

▼ **Mendonça Filho (DEM)**
Deputado federal. É uma indicação do partido. Educação e Cultura hoje são ministérios distintos, mas serão fundidos no governo Temer



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

▼ **Osmar Terra (PMDB)**
Deputado federal. É uma indicação da bancada do PMDB. São pastas separadas, que também serão fundidas



DEFESA

▼ **Raul Jungmann (PPS)**
Ex-ministro do governo Fernando Henrique. É uma indicação do PPS



TRABALHO

▼ **Ronaldo Nogueira (PTB)**
A pasta atualmente é denominada Trabalho e Previdência Social, mas será apenas Trabalho



CIDADES

▼ **Bruno Araújo (PSDB)**
Deputado federal. Ganhou notoriedade ao dar o voto decisivo para o impeachment na Câmara. É indicação de Aécio Neves, presidente do PSDB



TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL

▼ **Maurício Quintella (PR)**
Deputado federal condenado por desvio de merenda em Alagoas. É uma indicação do PR. Portos e Aviação Civil eram secretarias com status de ministério, agora serão fundidas a Transportes



JUSTIÇA E CIDADANIA

▼ **Alexandre de Moraes (PSDB)**
Secretário de Segurança do Estado de São Paulo. É amigo de Temer e próximo de Eduardo Cunha. O ministério hoje é apenas da Justiça, mas a Secretaria de Direitos Humanos será incorporada à pasta tucana



PLANEJAMENTO

▼ **Romero Jucá (PMDB)**
Senador. É investigado na Operação Lava Jato. É uma escolha pessoal do vice-presidente Michel Temer



AGRICULTURA

▼ **Blairo Maggi (PP)**
Antes era do PR, mas filiou-se ontem ao PP. É uma indicação da bancada progressista. Ganhou o "prêmio motosserra de ouro" de ambientalistas



COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

▼ **Gilberto Kassab (PSD)**
Ex-ministro das Cidades do governo Dilma. Indicação do PSD. Eram pastas distintas e serão fundidas



INTEGRAÇÃO NACIONAL

▼ **Fernando Coelho (PSB)**
Deputado federal. Cotado após o PSB decidir apoiar o impeachment de Dilma



RELAÇÕES EXTERIORES

▼ **José Serra (PSDB)**
Senador. Amigo de Michel Temer. Defendeu o apoio do PSDB ao vice antes da decisão da sigla



MEIO AMBIENTE

▼ **Sarney Filho (PV)**
Deputado federal e ex-ministro da pasta. Indicado pelo ex-presidente José Sarney (PMDB)



DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

▼ **Marcos Pereira (PRB)**
Pastor da Universal, antes cotado para Ciência e Tecnologia



CONTROLADORIA-GERAL

▼ **Márcio Elias Rosa**
Ex-procurador-geral de Justiça de São Paulo



TURISMO

▼ **Henrique Alves (PMDB)**
Ex-ministro da pasta. Amigo de Temer.



CASA CIVIL

▼ **Eliseu Padilha (PMDB)**
Ex-ministro da Aviação Civil. Amigo de longa data de Temer e escolha pessoal do vice-presidente



ESPORTE

▼ **Leonardo Picciani (PMDB)**
Indicado pelo partido, o deputado foi convidado para assumir a pasta



SECRETARIA DE GOVERNO

▼ **Geddel Vieira Lima (PMDB)**
Ex-ministro da Integração. Escolha pessoal de Temer



MINAS E ENERGIA

Será indicado pelo PMDB. A escolha será feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros